

JUSTIÇA CURRICULAR E DIVERSIDADE¹

Silmara Aparecida Gesser Holschuh²; Cléia Demétrio Pereira⁴; Leticia Fiúza³

¹ Vinculada ao projeto “Diversidade, inclusão e justiça curricular: uma análise das políticas curriculares no campo da educação especial em territórios locais da educação básica”

² Acadêmica do curso de licenciatura em Ciências Biológicas - Bolsista PIVIC

³ Orientadora, Departamento de Pedagogia a Distância - CEAD – e-mail: cleia.pereira@udesc.br

⁴ Acadêmica do curso de Pedagogia - Bolsista PROBIC/UDESC

Resumo

Este trabalho apresenta alguns resultados do projeto de pesquisa em andamento, elaborado a partir dos estudos realizados no âmbito do doutorado, fruto do convênio entre a Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC/BR e a Universidade do Minho-UMinho/PT, em Portugal (2016-2019). Este estudo centrou-se nas políticas de educação inclusiva e a diferenciação curricular no processo de escolarização de alunos com deficiência no contexto da escola de educação básica. Seu principal objetivo foi analisar o contexto das políticas curriculares no Brasil direcionadas ao campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e seus reflexos nos territórios locais da educação básica. A problemática que conduz nossa investigação nos leva a indagar se é possível assegurar justiça curricular para todos os estudantes a partir de um currículo comum na escola regular? E, se esse currículo existente, atende as necessidades educativas subsidiada pela perspectiva da educação inclusiva?

A pesquisa exploratória foi desenvolvida numa abordagem qualitativa e seguiu, a partir de estudos prévios, com recorte temporal entre 2016 e 2020, com buscas por produções acadêmicas nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Teve o objetivo de realizar uma revisão de literatura e balanço de produções para discussões de resultados. Este levantamento possibilitou apontar algumas considerações para a formação do currículo que existe atualmente, levando em conta as legislações vigentes, consequentemente, fazer genuínas inferências com o currículo, subsidiado pela educação inclusiva.

A revisão de literatura foi realizada a partir de dois descritores. O descritor “justiça curricular de inclusão” remeteu a uma análise de um currículo e possíveis práticas que podem ser implementadas, tendo como referência a implantação da Base Nacional Comum curricular (BNCC, 2018). O descritor “Currículo comum na escola regular básica brasileira” foi selecionado, dada a consideração da bolsista, que envolve a problemática da construção dos currículos das escolas públicas no território brasileiro, devido as discrepâncias entre as práticas escolares e teoria aplicada.

A motivação para a seleção das produções acadêmicas resulta de vivências que repercutem no cotidiano da sala de aula, que envolvem as práticas pedagógicas entre docentes e discentes, e, particularmente, pela aplicabilidade das atividades propostas, que muitas vezes causa incoerência

ao analisarmos um “currículo”, que pouco ou raramente potencializa o acesso aos conhecimentos nos percursos de escolarização.

Além de fazer esse balanço entre as produções acadêmicas brasileiras, levadas em consideração para formação do currículo que existe atualmente, a bolsista poderá fazer as próprias e genuínas considerações em comparação com o currículo de educação inclusiva que tem por intuito mensurar quantas são teses e quantas são as dissertações para discussões dos resultados.

Partindo dessa ação, a pesquisa continua com a escolha de dez novas obras que estão dentro desses descritores, conduzindo assim, a gama de conhecimentos para respostas da problemática estudada. Do descritor *Curriculum comum na escola regular básica brasileira* foi escolhido 5 dissertações, quais sejam: A reforma do ensino médio no governo do Michel Temer (2016 - 2018); Currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro: reflexões sobre a disciplina biologia; Uma proposta de retextualização e reescrita no gênero resenha; A formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma faceta da política nacional da formação de professores; Currículo funcional: atendimento aos estudantes com surdocegueira. Referente ao descritor *Justiça curricular de inclusão*, o pesquisador escolheu 4 teses e 1 dissertação. As teses foram: Formação de professores para a inclusão de pessoas com deficiência, na perspectiva freireana: em busca de uma escola democrática e inclusiva; Educação, direitos humanos, igualdade e diferença: o que dizem os professores?; Uma análise sobre os direitos humanos nas práticas curriculares da formação de psicólogos (as) da UFPA (2011-2015); Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho; E a dissertação escolhida foi: Inovação tecnológica e propriedade intelectual: perspectivas de inserção na seara jurídico acadêmica.

Ao mensurar o quantitativo de produções selecionadas entre os dois descritores foi possível observar que não existe um padrão de tipos de obras, uma vez que se optou por dissertações e teses, a escolha dos pesquisadores. Os temas escolhidos levantam questões polêmicas e de futuro agregamento aos estudos do projeto de pesquisa. É possível também fazer uma breve análise da carência de trabalhos feitos com o segundo descritor, “Justiça curricular de inclusão”, por consequência da própria escassez do assunto em questão. A ausência de justiça curricular de inclusão nos leva a essa hipótese, compreendendo juntamente a pobreza de informações a respeito, desprovimento de recursos a serem aproveitados, que por sua vez geram benefícios tanto aos discentes, quanto à sociedade em geral.

Palavras-chave: Diversidade; Inclusão; Justiça curricular.